



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

[www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 1 de 10

### SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE JALES	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
Atos Administrativos	7
Outros atos administrativos	7
Terceiro Setor	9
Aditamento	9
PODER LEGISLATIVO DE JALES	9
Atos Legislativos	9
Atos	9

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jales, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jales poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br)  
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)  
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

### ENTIDADES

#### **Prefeitura Municipal de Jales**

CNPJ 45.131.885/0001-04  
Rua Cinco, 2266 - Centro  
Telefone: (17) 3622-3000  
Site: [www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br)  
Diário: [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

#### **Câmara Municipal de Jales**

CNPJ 51.841.757/0001-49  
Rua Seis, 2241 - Centro  
Telefone: (17) 3632-7737 | (17) 3632-7738  
Site: [www.camaradejales.sp.gov.br](http://www.camaradejales.sp.gov.br)

#### **Instituto Municipal de Previdência Social de Jales**

CNPJ 65.711.129/0001-53  
Rua Sete, 2072 - Centro  
Telefone: (17) 3632-6906  
Site: [www.impsjales.com.br](http://www.impsjales.com.br)



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Jales garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br)

Compilado e também disponível em [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

www.jales.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 2 de 10

### PODER EXECUTIVO DE JALES

#### Atos Oficiais

#### Leis

#### Lei nº. 5.046, de 20 de agosto de 2020.

*Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2021, e dá outras providências.*

FLÁVIO PRANDI FRANCO, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2021, compreendendo:

- I - As diretrizes sobre elaboração e execução do orçamento;
- II - As prioridades e metas operacionais;
- III - As alterações na legislação tributária municipal;
- IV - As disposições relativas à despesa com pessoal;
- V - Outras determinações de gestão financeira.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os anexos de metas fiscais, riscos fiscais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

#### CAPÍTULO II

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 2.º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como as entidades públicas dependentes, observando-se

os seguintes objetivos:

- I - Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- II - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços da rede municipal de ensino;
- III - Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;
- IV - Promover o desenvolvimento econômico do Município;
- V - Reestruturar os serviços administrativos, buscando maior eficiência, eficácia e efetividade;
- VI - Prestar assistência à criança e ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência;
- VII - Melhorar a infraestrutura urbana;
- VIII - Oferecer acesso universal aos serviços de saúde de boa qualidade.

Art. 3.º O projeto de Lei Orçamentária será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e também na Constituição Federal, Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

§ 1º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal;
- II - o orçamento da seguridade social.

§ 2.º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§ 3.º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, conforme o artigo 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

##### Seção II

##### Das Diretrizes Específicas

Art. 4.º A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021 obedecerá às seguintes disposições:

- I - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, nisso especificado valores e metas físicas;



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

[www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 3 de 10

II - Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as atividades apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;

III - A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;

IV - Na estimativa da receita será considerada a atual tendência arrecadatória, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do PIB e da inflação no biênio 2020/2021;

V - As receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2020;

VI - Novos projetos contarão com dotação apenas se supridos os que se encontram em andamento, e somente se atendidas as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 5.º As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da Administração indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal suas propostas parciais até 31 de julho de 2020.

Art. 6.º A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 31 de julho de 2020.

Art. 7.º A Lei Orçamentária Anual conterà reserva de contingência de até 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida, conforme o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a presente lei, e será destinada a:

I – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II – cobertura de créditos adicionais;

III – servir como de fonte de recursos para a propositura das emendas impositivas de que trata o art. 25 durante o período de elaboração e apreciação da LOA.

Art. 8.º Em adição à reserva prescrita no artigo 7º, a Lei Orçamentária Anual conterà reserva de contingência em tamanho equivalente ao esperado superávit do regime

próprio de previdência social.

Art. 9.º Até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único. Para fins do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial ou, sob a classificação econômica, os grupos de despesa corrente e de capital.

Art. 10. Os auxílios, subvenções e contribuições, autorizados em lei municipal, estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019 de 2014, devendo ainda as entidades atender ao que segue:

I – Atendimento direto e gratuito ao público;

II – Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;

III – Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;

IV – Vedação para entidades cujos dirigentes sejam também agentes políticos do governo concedente;

V – Compromisso de franquear, na internet, demonstrativo trimestral de uso do recurso municipal repassado;

VI – Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo;

VII – Salário dos dirigentes nunca maior que o do Prefeito.

Parágrafo único. Haverá manifestação prévia e expressa da Procuradoria Jurídica e do Controle Interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.

Art. 11. O custeio de despesas estaduais e federais se realizará nos moldes dos programas apresentados em anexo que acompanha esta Lei.

Art. 12. Será dada ampla publicidade das datas, horários e locais de realização das audiências determinadas no art. 48, parágrafo único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, através de divulgação no Diário Oficial



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

[www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 4 de 10

do Município e na página oficial da Prefeitura na internet.

Art. 13. Ficam proibidas as seguintes despesas:

I – Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;

II – Novas obras, quando financiadas pela paralisação das antigas;

III – Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor municipal em atividade;

IV – Obras cujo custo global supere os valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE;

V – Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;

VI – Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;

VII – Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;

VIII – Pagamento de 13º salário a agentes políticos;

IX – Pagamento de sessões extraordinárias aos Vereadores;

X – Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;

XI – Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal, entre outros brindes, com exceção daqueles constantes em programas previstos na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

XII – Pagamento de anuidade de servidores inscritos em conselhos profissionais.

Seção III

Da Execução do Orçamento

Art. 14. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1.º As receitas serão propostas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2.º A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

Art. 15. Caso haja frustração da receita prevista e dos resultados fiscais esperados, será determinada a limitação de empenho e da motivação financeira.

§ 1.º A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais.

§ 2.º Excluem-se da limitação as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios com a União e o Estado.

§ 3.º A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

Art. 16. O Poder Legislativo, por ato da Mesa, estabelecerá, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, seu cronograma de desembolso mensal.

Art. 17. Para isentar os procedimentos requeridos na criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites do art. 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 18. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do IPTU, desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

### CAPÍTULO III

#### DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 19. As prioridades e metas para 2021 são as especificadas no Anexo que integra esta Lei.

### CAPÍTULO IV

#### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

[www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 5 de 10

Art. 20. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir as distorções;

II – Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III – Revisão das taxas, de forma a adequá-las aos custos dos respectivos serviços;

IV – Atualização de Planta Genérica de Valores ajustando-a à realidade do mercado imobiliário;

V – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA DE PESSOAL

Art. 21. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, nisso incluído:

I – concessão e absorção de vantagens e revisão ou aumento da remuneração dos servidores;

II – criação e extinção de cargos públicos;

III – criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;

IV – provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;

V – revisão do sistema de pessoal, particularmente o plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público, sempre de forma homogênea, justa e igualitária a todos os servidores do município, devendo observar as mesmas regras e direitos para todos os cargos.

§ 1.º Fica assegurada a revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos municipais no âmbito de cada Poder, respeitada a independência e a competência privativa para a sua proposição.

§ 2.º As alterações autorizadas neste artigo dependerão de saldo na respectiva dotação orçamentária, suficiente

para atender às projeções de acréscimo na despesa com pessoal.

Art. 22. Na hipótese de superação do limite prudencial referido no art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras somente ocorrerá nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em caso de necessidade de execução de serviços cuja falta possa acarretar apontamentos, multas ou prejuízos ao Ente, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Secretário responsável.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite total do art., 29-A da Constituição.

§ 1.º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o corte do excesso, devendo a Mesa Diretora da Câmara indicar sobre quais despesas deverão incidir os referidos cortes.

§ 2.º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite constitucional.

Art. 24. Até ao final de cada mês a Câmara Municipal recolherá na Tesouraria da Prefeitura o Imposto de Renda Retido na Fonte do mês anterior e ao final do exercício o duodécimo não utilizado.

Art. 25. A Câmara Municipal deverá identificar as emendas legislativas que, nos termos do art. 166, § 9º a 18, da Constituição, são de execução obrigatória pelo Executivo, indicando a qual unidade orçamentária, categoria funcional programática e categoria econômica pertencerá cada emenda proposta.

§ 1.º Para viabilização do que dispõe o caput deste artigo, o Poder Executivo reservará na rubrica reserva de contingência, constante do art. 7º, o montante de 1,2% da receita corrente líquida indicada no projeto de lei



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

www.jales.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 6 de 10

orçamentária.

§ 2.º Conforme dispõe o § 9º do art. 166 da Constituição Federal, a metade do percentual indicado no artigo anterior será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Art. 26. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento na Prefeitura.

Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

Art. 28. Ficam modificados os programas, metas e ações do Plano Plurianual – PPA 2018/2021, para o exercício de 2021, nos mesmos moldes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo procederá as adequações necessárias para efetivar as seguintes alterações aos anexos desta Lei, oriundas de emendas parlamentares (Emendas Impositivas):

I - Ações de Serviços Públicos de Saúde - 50% do total permitido pela Emenda à Lei Orgânica nº 39, de 07 de outubro de 2019:

02 - Poder Executivo

02.10 - Secretaria Municipal de Saúde

10.301.0027.2359 – Obras de manutenção do prédio da ESF “Honório Amadeu” – Uni-América – Jardim América (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 80.000,00

10.301.0027.2359 - Obras de manutenção do prédio do ESF Setuo Suetugo, Bairro São Jorge (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 70.000,00

10.301.0027.2359 - Instalação de alambrado no entorno da nova unidade da ESF “Dr. Luís Ernesto Sandi Mori”, no Conjunto Habitacional JACB, além da construção de bancos e ampliação da área coberta no prédio (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 75.000,00

10.301.0027.2359 – Construção de uma sala no prédio da ESF “Shiguro Kitayama” (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 35.000,00

10.301.0027.2359 - Obras de manutenção do prédio da ESF “Ozil Joaquim Rezende” (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 40.000,00

10.301.0027.2359 – Reforma do prédio da ESF Rural “Dr. José Cícero Fontes Xavier” (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 30.000,00

10.301.0027.2359 – Reforma do prédio da ESF “Leonísio Gambeiro” (EI)

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 25.000,00

10.301.0027.2359 Aquisição de ambulância para a Secretaria Municipal de Saúde (EI)

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 75.000,00

10.302.0027.2359 – Repasse à Santa Casa de Misericórdia de Jales (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 295.000,00

10.302.0027.2359 – Repasse ao Hospital do Amor – Unidade de Jales (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 25.000,00

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pela Emenda à Lei Orgânica nº 39, de 07 de outubro de 2019:

02 – Poder Executivo

02.11 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0015.2359 – Repasse ao Lar dos Velhinhos (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 220.000,00

08.244.0015.2359 – Repasse a SACRA (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 220.000,00

08.244.0015.2359 – Repasse a AACAJ (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 145.000,00

08.244.0015.2359 – Repasse a APAE (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 165.000,00

III - As Emendas serão cobertas com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais:

Reserva de Contingência para Emendas Impositivas

02 – Poder Executivo



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

www.jales.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 7 de 10

02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda

99.99.999.2359 – Emendas Impositivas.....R\$  
1.500.000,00

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FLÁVIO PRANDI FRANCO

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

FRANCISCO MELFI

Secretário Municipal de Administração

### Atos Administrativos

### Outros atos administrativos

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)

DIA 08/09/2020 (3ª Feira)

HORÁRIO: 10h30min - online

LOCAL: Secretaria Municipal de Educação

Avenida Francisco Jalles, nº 2724 - Centro

MARY ELLEN DE L. GONÇALVES GOMES

Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

- QUADRIÊNIO 2017/2021 –

Obs: As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar, a partir do mês de maio/2019, acontecerão nas segundas 3ªs feiras do mês, às 10h30min, na Secretaria M. de Educação.

A partir do mês de novembro/19, as reuniões serão presididas pela nova Presidente do CAE a Senhora Mary Ellen de L. Gonçalves Gomes.

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO FUNDEB

DIA 27/08/2020 (5ª Feira)

HORÁRIO: 14H00 (excepcionalmente) - online

LOCAL: Secretaria Municipal de Educação

Avenida Francisco Jalles, nº 2724 - Centro

PATRICIA GAZZOLA FERNANDES

Presidente do Conselho do FUNDEB

- Biênio 2019/2021 -

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIA 25/08/2020 (3ª Feira)

HORÁRIO: 14h00 (excepcionalmente) - online

LOCAL: Secretaria Municipal de Educação

Avenida Francisco Jalles, nº 2724 - Centro

IDENIR RODIA LOPES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

- BIÊNIO 2019/2021 –

#### RESOLUÇÃO SME Nº 009/2020.

*(Que a altera a Resolução SME nº 02, de 02-04-2020, que fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para a rede Municipal de Jales, e dá outras providências);*

A Secretaria Municipal de Educação de Jales, com fundamento no Decreto 8.053/2020 e considerando: que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11-03-2020, que a disseminação comunitária do COVID-19



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

[www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 8 de 10

em todos os Continentes caracteriza pandemia e que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para restringir a disseminação da COVID-19, além da necessidade de se reduzir a circulação de pessoas e evitar aglomerações em toda a cidade, inclusive no transporte coletivo; e as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar com suspensão de atividades escolares a fim de minimizar a disseminação da COVID-19;

Resolve,

Artigo 1º - A Resolução da SME nº 02, de 02-04-2020, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Artigo 2ºA- Será realizado recesso escolar no período de 24 a 28-08-2020 e deverá ser providenciada a alteração no calendário escolar, em conformidade com o disposto no artigo 4º da Resolução SME nº 03 de 10-12-2019;

Artigo 2º - Farão jus ao período de recesso escolar, de 24 a 28-08-2020, os integrantes da classe de Suporte Pedagógico da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação, do Quadro Magistério, do Quadro de Servidores da Educação Básica em exercício na Unidade Escolar.

Artigo 3º - Os servidores colocados em recesso poderão ser convocados pelo Superior Imediato, caso haja necessidade.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Jales, 20 de agosto de 2020.

Lourdes Marcondes Rezende

Secretaria Municipal de Educação

### RESOLUÇÃO SME Nº 10/2020.

*(Dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres das escolas municipais de Jales, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus))*

A Secretaria Municipal de Educação de Jales, considerando:

- o fato de diversas Associações de Pais e Mestres (APMs) estarem com suas Atas de Eleições vencendo, circunstância que as impedirão de realizar ações de movimentação bancário e emissão de declarações legais aos âmbitos competentes a fim de manter a regularização da instituição auxiliar da escola;

- as diversas medidas adotadas, no âmbito do Estado de Paulo, para evitar a propagação do Covid-19 (Novo Coronavírus), conforme Decretos 64.862/2020, 64.864/2020, 64.865/2020, 64.879/2020 e 64.880/2020;

- o Provimento 91, de 22-03-2020, que dispõe sobre a suspensão ou redução do atendimento presencial ao público, bem como a suspensão do funcionamento das serventias extrajudiciais a cargo dos notários, registradores e responsáveis interinos pelo expediente, como medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da Covid-19, e regula a suspensão de prazos para a lavratura de atos notariais e de registro,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, em caráter excepcional, a composição da Diretoria Executiva das Associações de Pais e Mestres, eleitas na última assembleia geral, nos termos do Estatuto da Associação de Pais e Mestre;

§1º - A prorrogação de que trata o "caput" deste artigo será pelo que perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Municipal n. 8.059, de 23-03-2020, e a suspensão das aulas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, determinada pelo Decreto n. 8.053, de 17-03-2020, impossibilitando a realização de nova Assembleia Geral.

§2º - Durante o período de prorrogação de que trata o §1º desta Resolução, estão mantidas as atribuições da Diretoria Executiva e as competências previstas no Estatuto da Associação de Pais e Mestres.

Artigo 2º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 23/06/2020.

Jales, 20 de agosto de 2020.

Lourdes Marcondes Rezende

Secretária Municipal de Educação



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

www.jales.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 9 de 10

### Terceiro Setor

#### Aditamento

### PODER LEGISLATIVO DE JALES

#### Atos Legislativos

#### Atos

Processo nº 04/2020 - Dispensa de Chamamento Público nº 02/2020 - Termo de Aditamento nº 01/2020 - Recurso: Fundo Municipal da Infância e Juventude - Extrato de Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contratante: Prefeitura do Município de Jales - Contratado: Santa Casa de Misericórdia de Jales - Assinatura: 14/08/2020 - Objeto: Alteração Cláusula Décima do Termo de Fomento nº 01/2020

Processo nº 11/2019 - Chamamento Público nº 05/2019 - Termo de Aditamento nº 01/2020 - Recurso: Fundo Municipal da Infância e Juventude - Extrato de Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contratante: Prefeitura do Município de Jales - Contratado: AACAJ – Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente de Jales - Assinatura: 17/08/2020 - Objeto: Alteração da Cláusula Décima do Termo de Colaboração nº 01/2020.

Processo nº 11/2019 - Chamamento Público nº 05/2019 - Termo de Aditamento nº 01/2020 - Recurso: Fundo Municipal da Infância e Juventude - Extrato de Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contratante: Prefeitura do Município de Jales - Contratado: SACRA – Sociedade Assistencial e Cultural da Região da Alta Araraquarense – projeto Corpo e Mente em Movimento - Assinatura: 17/08/2020 - Objeto: Alteração da Cláusula Décima do Termo de Colaboração nº 02/2020.

Processo nº 11/2019 - Chamamento Público nº 05/2019 - Termo de Aditamento nº 01/2020 Recurso: Fundo Municipal da Infância e Juventude - Extrato de Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contratante: Prefeitura do Município de Jales - Contratado: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jales - Assinatura: 17/08/2020 - Objeto: Alteração da Cláusula Quinta e Décima do Termo de Colaboração nº 03/2020.

#### ATO nº 20, de 20 de agosto de 2020

*Suspende prazos de Concursos Públicos.*

Nivaldo Batista de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Jales, SP, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o prazo do concurso público instaurado através do Edital nº 01/2016, homologado pelo Edital de 31 de agosto de 2016 e prorrogado por mais 02 (dois) anos através do Ato nº 13, de 30 de agosto de 2018, vence no próximo dia 31 de agosto de 2020;

Considerando que o prazo do concurso público instaurado através do Edital nº 01/2018, homologado pelo Edital de 31 de agosto de 2018, vence no próximo dia 31 de agosto de 2020;

Considerando que, com a decretação de calamidade pública deu-se a possibilidade de suspensão do prazo legal (tendo prevalecido o entendimento que, mesmo com o veto ao § 1º, os municípios têm autonomia para suspender, com base na Lei Complementar Federal nº 173/2020);

Considerando que o Poder Legislativo possui autonomia para suspender o prazo legal de seus concursos (mesmo o Poder Executivo tendo retirado Projeto de Lei análogo que havia sido enviado à Câmara);

Considerando os princípios constitucionais da economicidade e eficiência;

Considerando o disposto no § 3º do artigo 10 da Lei Complementar nº 173/2020, onde:

“Art. 10. Ficam suspensos os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE JALES

Conforme Lei Municipal nº 4.663, de 12 de julho de 2017

[www.jales.sp.gov.br](http://www.jales.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jales)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano IV | Edição nº 685

Página 10 de 10

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os prazos suspensos voltam a correr a partir do término do período de calamidade pública.

§ 3º A suspensão dos prazos deverá ser publicada pelos organizadores dos concursos nos veículos oficiais previstos no edital do concurso público.”

Faz publicar o seguinte ATO:

Art. 1.º Fica, pelo presente Ato, suspenso o prazo de validade do Concurso Público instaurado através do Edital nº 01/2016, homologado por Edital em 31 de agosto de 2016 e prorrogado por mais 02 (dois) anos através do Ato nº 13, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º. Fica também, pelo presente Ato, igualmente suspenso o prazo de validade do Concurso Público instaurado através do Edital nº 01/2018, homologado pelo Edital de 31 de agosto de 2018.

Art. 3.º A suspensão dos prazos dos referidos concursos se darão até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 4.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 20 de março do corrente ano.

Câmara Municipal de Jales, 20 de agosto de 2020.

- Nivaldo Batista de Oliveira-

Presidente

Reg. e Publ. na data supra na

Secretaria da Câmara Municipal de Jales

---

Marco Antonio Zampieri

Diretor do Deptº Administrativo